

13

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IV
ESPECIALIZAÇÃO EM TURISMO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

**PRESERVAÇÃO DO RIO ITAPICURU-AÇU
UMA QUESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA
EM PINDOBAÇU BAHIA**

WILLIAMS SIDNEY LOPES DOS SANTOS

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Pós Graduação Lato Sensu em Turismo e Desenvolvimento Sustentável como requisito para a obtenção do grau de Especialista sob a orientação da Professora Doutora Benedita Pereira de Andrade.

JACOBINA BAHIA
2002



Sumário

DEDICATÓRIA.....	3
AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	5
ABSTRCT	6
INTRODUÇÃO.....	7
1. A POLUIÇÃO DO RIO ITAPICURU-AÇU: UM PROBLEMA EM BUSCA DE SOLUÇÃO	14
2. O ECOTURISMO, PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE NO MUNÍCIPIO DE PINDOBAÇU	18
3. UM PROJETO DE LAZER PARA O RIO ITAPICURU-AÇU	21
4. CONSDERAÇÕES FINAIS	32
5. REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICAS	35

DEDICATÓRIA

A minha mãe Eunice Lira Lopes, por investir e acreditar no potencial do seu filho, e a Osvaldo Paulino dos Santos (in memoriam) meu pai, ele não entendia porque eu não parava mais de estudar, e tenho certeza de que estaria satisfeito com mais esta vitória.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que contribuíram par a realização deste trabalho, e coma a mostra do resultado gostaria de abraçar todas elas: Josimeire da Silva Ribeiro pelo apoio e compreensão. Aos amigos e mestres Paulo Fernandes, Washington Drumondd, pelo material fornecido e pelas orientações iniciais de como começar uma pesquisa, Antonio Carlos (Chocolate fotos) pelas fotos, Eliotério Peixinho de Souza, Jeedean Gomes da Silva, amigos que nunca falharam.

RESUMO

Nesta monografia procuro relatar de forma clara a necessidade de união entre os órgãos governamentais, sociedade organizada e população de Mirangaba, Pindobaçu, Saúde, Filadélfia, e Ponto Novo municípios banhados pelos rios que formam a bacia do rio Itapicuru-açu, também conhecido como Alto-Itapicuru detendo-me principalmente ao município de Pindobaçu, com o objetivo alertar aos interessados para a necessidade de organizarem um movimento de aproveitamento das águas do referido rio para o desenvolvimento sustentável da região, através do turismo, garantindo a manutenção deste bem natural, e explorando de forma comercial, ao passo que segue orientações para os tipos de atividades e como elas devem ser implantadas. A metodologia aplicada para a realização da monografia contou com a leitura de livros elencados na pesquisa bibliográfica para construir a fundamentação teórica, assim como a realização de entrevistas para conhecer à opinião da comunidade envolvida na região do investimento, a partir daí chegamos aos principais objetivos: que é o de unir órgãos estratégicos e a comunidade, com o intuito de juntar esforços para que se possa extrair o máximo número possível de benefícios para todos os que se possam beneficiar do Rio Itapicuru-açu, sem prejudicar o rio de forma que possamos até perdê-lo; devemos aproveitá-lo de forma sustentável.

ABSTRACT

This monograph is an attempt to give an account of the need of union amongst the government institutions, the organized society and the population of Mirangaba, Pindobaçu, Saúde, Filadelfia and Ponto Novo, towns located by the creeks which constitute the Itapicuru-açu river basin, also known as the upper-Itapicuru, directing most of the attention to Pindobaçu, in order to alert those who are interested in promoting a movement of utilization of the water that comes from the river for the sustainable development of the region, through tourism, guaranteeing the maintenance of this natural gift, and exploring it in a commercial way, while it follows guidance on the types of activities, and how they must be implemented. The applied methodology for this monograph realization reckoned with reading books in a bibliographical research to build a theoretical basis as well as the making of interviews aiming to know the opinion among the community members envolved in that region of investment, starting from these points we got to the main objective, which is: uniting strategical institutions and the community, in order to join forces so we can extract as much as it is possible for all those who can derive benefit from the Itapicuru-açu river without damaging it, so we can even lose it; we must use it in a sustainable way.

INTRODUÇÃO

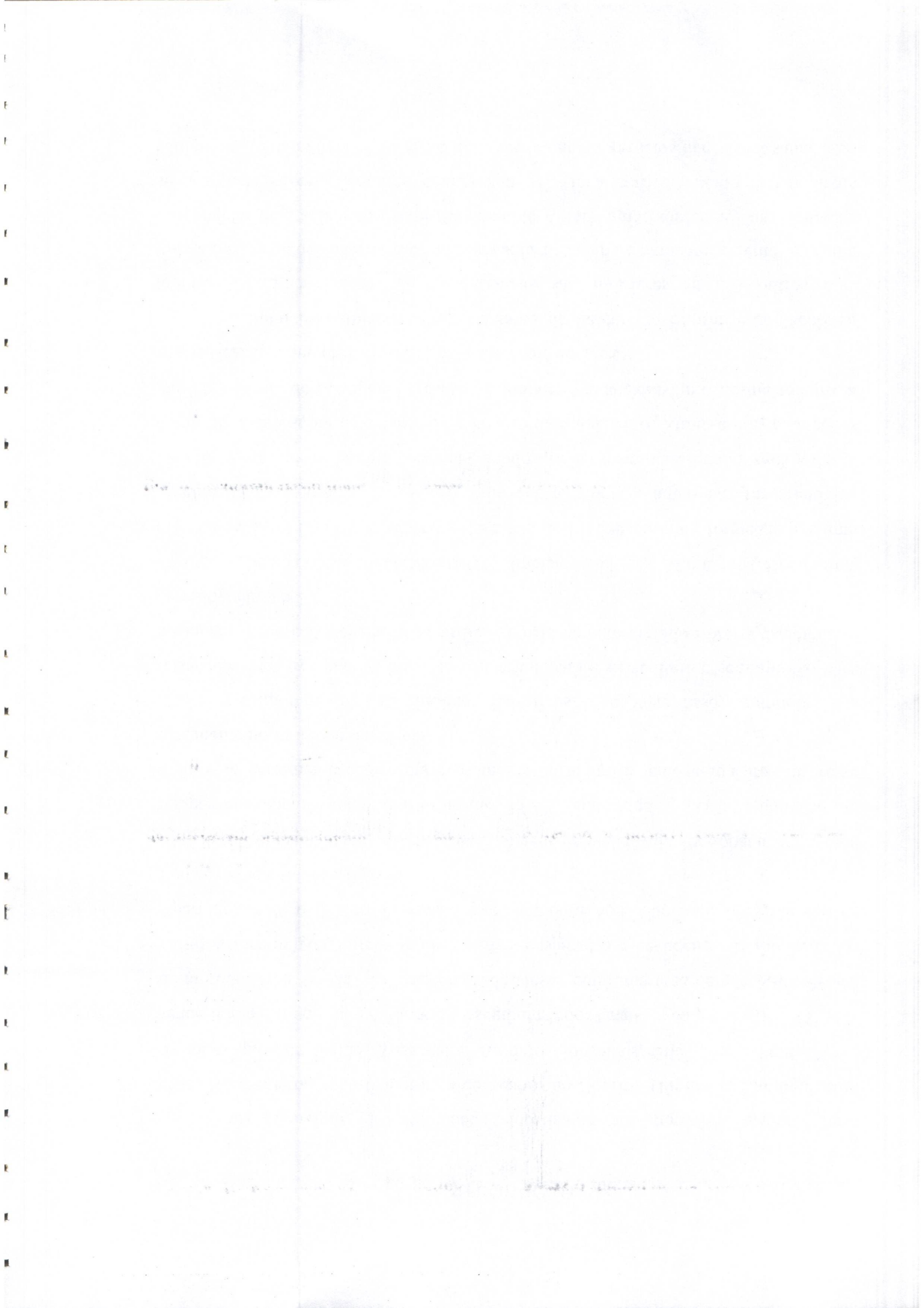
O município de Pindobaçu localiza-se no nordeste baiano, mais especificamente na zona fisiográfica de Senhor do Bonfim, (Figura 1) Limita-se com os municípios de Saúde, Mirangaba, Antônio Gonçalves, Filadélfia e Ponto Novo sendo que a sede do município tem as seguintes coordenadas geográficas 10° 44' 30'' de latitude Sul e 40° 21' 39'' de longitude Oeste, com uma área de 528 Km². Possui vários acidentes geográficos sendo os mais destacados a cachoeiras da Fumaça, dos Apertados e Poço Pelado, os rios Aipim, Itapicuru-Açu, Capivara, Lamarão e o da Fumaça, que drenam a região.

O clima quente porém muito ameno e saudável. Pindobaçu tem uma temperatura média anual em torno de 23,3°, sendo que o período chuvoso no município geralmente ocorre entre os meses de março e maio e sua área insere-se totalmente no Polígono das Secas.

Os tipos de solos são litólicos distróficos, e em vista disso, as aptidões das terras são regulares para as lavouras e restritas para a silvicultura e sem aptidão para pastagem natural. A vegetação identifica-se pelo contato cerrado-floresta estacional e cerrado-caatinga.

Segundo da Fundação IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, (1958, V.XX, p.117-119) as reservas florestais de Pindobaçu eram formadas por uma quantidade considerável de árvores como cedro, vinhaço, amargoso, maçaranduba, baraúna entre outras espécies vegetais, sendo que há quarenta e quatro anos atrás já havia um alerta sobre a pecuária extensiva, o desmatamento extrativo e as plantações em larga escala de pastagens, melancia e tomate, que aceleravam o desmatamento, a desertificação e que prejudicariam os mananciais de água.

O município situa-se entre as cidades de Senhor do Bonfim e de Jacobina, todavia as características sócio-econômicas são inferiores as dos outros dois municípios citados anteriormente. A população é extremamente carente e a má distribuição de renda impacta profundamente a economia, sobretudo, nas camadas sociais mais baixas. Este fato é agravado pelo mau aproveitamento dos recursos naturais da região aliado à ausência de investimentos e projetos que visem sanar essa

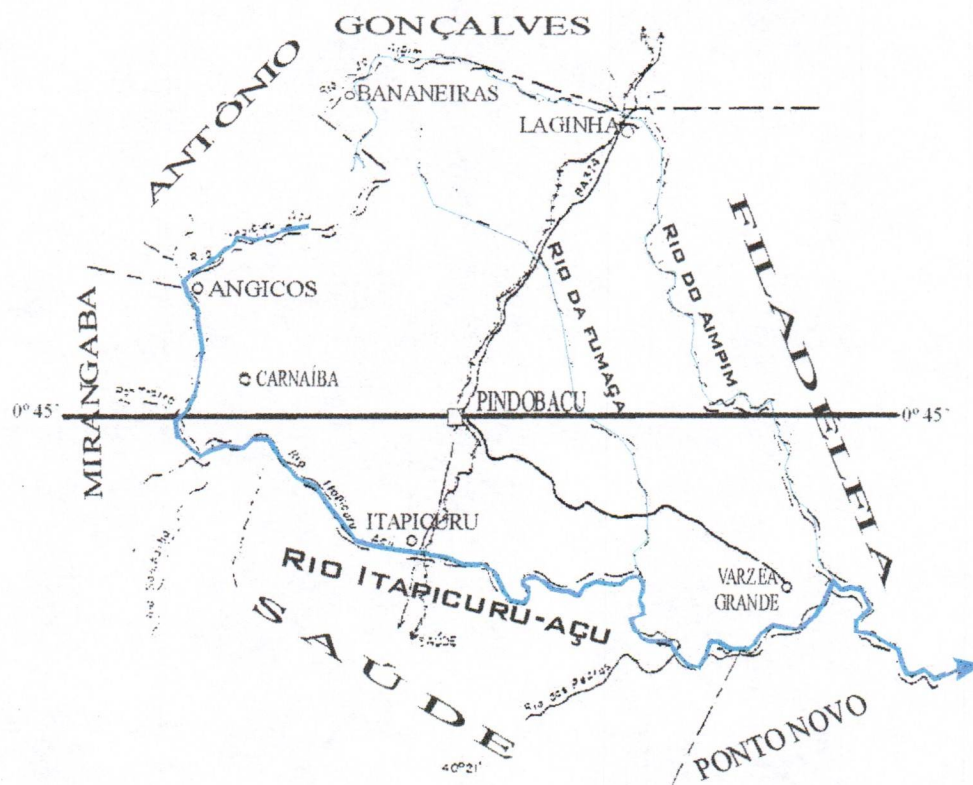


carência. Embora localize-se no Polígono das Secas o município de Pindobaçu é bem irrigado. Alguns moradores do lugar o comparam a um oásis, com rios, lagos, fontes, lagos artificiais, riachos e cachoeiras que além de demonstrarem seu potencial hidrográfico, podem constituir-se em logradouros lucrativos já que permanecem quase que *inexplorados*.

O mau aproveitamento dos recursos naturais decorre do despreparo das populações rurais de Pindobaçu, que carecem de uma maior orientação neste sentido. Geralmente, estas aglomerações vivem ainda segundo o costume de seus antepassados, ou seja, de maneira essencialmente exploratória e extrativista dos recursos da natureza. Tal fato traz em si uma conseqüência gravíssima; a fauna e a flora antes exuberantes desaparecem acentuadamente trazendo, preocupação e miséria para aqueles que dependem delas. Some-se a isto, a poluição gradativa dos rios e logradouros pelos ribeirinhos e populações citadinas que continuam alheios aos estragos causados pelo lixo que depositam de forma irresponsável nestes lugares. Além disto, não existem projetos que busquem mudar este panorama.

Geralmente, os intelectuais, os políticos e o povo pindobaçuense preocupam-se mais com a imediata aquisição de bens materiais do que com a exploração correta dos recursos naturais do lugar em que vivem. Estas pessoas não se dão conta, que o consumo irresponsável dos recursos, podem levá-los a um empobrecimento exaustivo com conseqüências demasiado funestas para a comunidade. Sabe-se que os habitantes que procederam desta maneira no passado, atualmente lutam contra a desertificação, a baixa produtividade, a ausência de chuvas, o envenenamento e assoreamento dos rios, lagos e outros problemas do gênero. Em Pindobaçu nota-se esta ameaça, quando se analisa a situação do rio Itapicuru-Açu, que pelos motivos enumerados anteriormente foi escolhido como objeto de estudo.

Figura 1- MUNICIPIO DE PINDOBAÇU-BAHIA ÁREA DE ESTUDO



Fonte: CEI, 1999.

Base Cartográfica: Folhas Topográficas Escala: 1:100.000

O rio Itapicuru-Açu tem uma grande importância para os moradores dos municípios de Saúde e Pindobaçu e também para os demais municípios da bacia do Itapicuru. O seu volume de água inicial ajuda na manutenção da vazão que vai abastecer várias cidades, tanto de água para o consumo humano e de animais, quanto *de alimentos que são produzidos com a irrigação realizada com as suas águas*. Some-se a isto o fato dele servir como escoadouro para o esgoto do garimpo de Serra da Carnaíba e das comunidades ribeirinhas. Assim, este estudo tem o objetivo de tornar o rio Itapicuru-Açu uma fonte de renda para o município mediante a exploração sustentável de suas potencialidades, assim como preservá-lo da poluição causada, tanto pelos ribeirinhos, quanto pelos cidadãos e garimpeiros como observamos na figura 2.

Pretendemos também com este trabalho alertar aos governantes, comerciantes, empreendedores e a população do município de Pindobaçu sobre a importância do desenvolvimento de um projeto ecoturístico sério, direcionado para o rio Itapicuru-Açu e seus afluentes, que formam parte da bacia definida pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA) como Alto-Itapicuru



Chocolate Fotos

Figura 2: Região dos cortes na serra de carnaíba, a parte cinza são os dejetos retirados dos cortes e que não tendo destino final, ficam depositados a céu aberto.

Afim de atingir os objetivos da pesquisa, procurar-se-á envolver os vários setores da administração pública (serviços de saúde, educação, e segurança), como também do setor privado (cooperativas, empresas e empreendimentos financeiros) e da população (associações, sindicatos, instituições religiosas e outras estruturas sociais). Acreditamos que a implantação de um projeto no qual os três segmentos estejam indissociados constitui uma empresa extremamente difícil, senão inútil, pois o jogo de forças contraditórias entre eles acabarão por fissurar e desorganizar completamente as estruturas internas do projeto. Por outro lado, se estes setores trabalharem juntos, as dificuldades externas que se contrapõem ao empreendimento serão mais facilmente identificadas e combatidas. O setor público far-se-á presente na implantação e organização da infra-estrutura urbana, sendo que estes investimentos retornarão no futuro sob forma de impostos arrecadados.

O setor privado aparecerá para fazer investimentos, que darão comodidade aos visitantes aumentando assim a quantidade de empregos e a arrecadação dos impostos, tão necessária à máquina administrativa. A população local deverá estar pronta para manter a sua cultura, ocupar os postos de trabalhos e defender-se contra os excessos capitalistas. É importante que se busque um equilíbrio estável entre estes setores, a fim de que se impeça a aglutinação e apropriação indevida dos recursos explorados em favor de apenas um deles. Acreditamos, que a justiça social pode e deve fazer parte de um trabalho desta natureza, porque assim estaremos combatendo males advindos da superexploração capitalista como monopólios e formação de cartéis.

Para isto não basta apenas a atuação eficaz da equipe deste programa. A contribuição popular será bastante valiosa, pois ela servirá como medidor dos impactos sociais causados pela sua implantação. Para isto, a população deverá manter-se alerta para não ser excluída do processo de implantação, já que em última instância será o povo beneficiado por ele, assim como indicará os rumos das atividades e denunciará possíveis agressões contra o ecossistema local. Conseqüentemente torna-se necessário que a comunidade seja educada neste sentido: a escola, através da Educação Ambiental desempenhará papel valioso preparando professores e alunos para debates e

atuações significativas neste empreendimento e preparando melhor a população fora da idade escolar para as mudanças que ocorrerão. Não esqueçamos de citar as associações, que podem contribuir devido suas experiências em projetos semelhantes, além de igrejas que congregam grande parcela da população e servirão como elementos de expansão dos objetivos que deverão ser alcançados com este investimento. Some-se a isto, a importância dos meios de comunicação (rádios, jornais, panfletos e *outdoors*), que junto no processo divulgação devem estar prontos para informar a sociedade sobre o desenrolar das atividades após sua implantação, como também levá-lo a tomar consciência sobre as vantagens, problemas e soluções trazidas pelo ecoturismo.

Claudia F. Vieitas, 1998, p. 16, afirma “que é condição fundamental que exista uma população conscientizada, para que ocorra um desenvolvimento satisfatório em empreendimentos desta natureza. Ainda segundo esta autora uma política de sustentabilidade ecoturista requer entre outras coisas: Fortalecimento da democracia e da construção da cidadania procurando garantir a incorporação plena dos indivíduos no processo de desenvolvimento, que resume, no nível micro, a democratização da sociedade civil e, no nível macro à **democratização do estado**”.

De fato, um investimento sustentável que não venha agredir o meio, só se realiza com a inserção da população no empreendimento, mediante um processo democrático no qual todos tenham responsabilidades e sejam beneficiados. No entanto, afirmamos e cremos, que esta democratização só será justa em seus resultados por conta da preparação do indivíduo para desempenhar as funções que lhes serão atribuídas, dirimir os complicadores que apareçam e usufruir de modo correto os recursos explorados. Reafirmamos, que neste caso a educação será processual e deve ser implementada em todas as estruturas sociais. O Estado não deve ser esquecido, pois tem importância significativa na implantação de um projeto econômico e social. Como se sabe, num projeto de pequeno e médio porte, são as instituições estatais que detêm o maior número de ações. Quando o estado não é colaborador do empreendimento, as redes da burocracia são tecidas em sua estrutura podem tanto facilitar quanto atrapalhar o trabalho em desenvolvimento.

É de suma importância salientar, que todos os setores deverão estar interligados, para que o resultado final esteja conforme as metas programadas, seja em termos de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, seja em benefício dos visitantes, da população local e da natureza.

1- A POLUIÇÃO DO RIO ITAPICURU-AÇU: UM PROBLEMA EM BUSCA DE SOLUÇÕES

Todos os grupos humanos moradores do entorno do rio Itapicuru-Açu são poluidores, mas não o admitem. Eles acreditam que estão apenas utilizando os recursos do rio para a sua sobrevivência. Esta atitude pode ser compreendida se considerarmos que estas aglomerações vivem como seus antepassados há centenas de anos. Como se sabe, desde que as fazendas de gado e os mineradores fixaram-se na região do Piemonte da Chapada Diamantina, desde a chegada dos primeiros desbravadores dos sertões da Bahia, a exploração extrativista tornou-se à única praticada nas localidades, sem nenhuma preocupação com o ecossistema. As pessoas não se consideram como poluidoras, e procuram sempre um responsável para culparem de suas irresponsabilidades, escusar-se de comprometimento com o problema e resolver possíveis crises de consciência neste sentido. Esta atitude não é singular apenas com o rio Itapicuru-Açu, mas é algo já conhecido dos pesquisadores sócio-ambientalistas.

Como sabemos, a solução para os problemas sócio-ambientais da localidade onde será desenvolvido o ecoturismo, devem ser discutidos com os beneficiados. Para isto é necessária a tomada de consciência por intermédio do processo educacional. É preciso primar pela importância da conscientização ecológica por parte do indivíduo.

Ao realizarmos uma pesquisa de campo, no distrito de Carnaíba, região muito conhecida, devido ao garimpo de esmeraldas, (Figura 3) descobrimos que ela possuía problemas ambientais graves como: disposição inadequada dos rejeitos, erosão, escarificação, entre outras. Porém os moradores afirmaram que a extração do mineral não poluía o Itapicuru-Açu e sim os moradores do distrito, porque a maioria das casas não possuía fossas sépticas. Além disso, o sistema de esgoto integrado de Carnaíba está em fase de implantação; este sistema sanitário limitará a quantidade de dejetos derramados no Riacho do Canto que atravessa o povoado de Carnaíba de Cima (Serra de Carnaíba), local onde se faz os cortes no solo para extrair as Esmeraldas como foi visto na figura dois e também no distrito de Carnaíba de Baixo, antes de desaguar no Itapicuru-Açu.



Chocolate Fotos

Figura 3 - GARIMPEIROS DE CARNAÍBA EM QUIJILANDO¹ EM BUSCA DAS ESMERALDAS.

Também outros pequenos povoados foram incluídos na lista de poluidores, segundo os moradores de Carnaíba como; o povoado Angico (município de Mirangaba), pela concentração de lavadeiras, do município de Campo Formoso, que ali se dirigem nos finais de semana e feriados, para lavar roupas despejando no leito do rio uma grande quantidade de sabão em pó e água sanitária. Jatobá (município de Pindobaçu e Mirangaba). O povoado lança no rio os detritos provenientes de esgotos residenciais, a limpeza de carros e outros utensílios, o abastecimento de água e banho nos animais dentro do rio, (Figura 4).

No povoado de Itapicuru, situado a 6 km da sede do município de Pindobaçu e a 19 km da sede do município de Saúde, as margens da rodovia estadual BA 374, que liga os pólos regionais, de Senhor do Bonfim e Jacobina, e que também é dividido pelo rio Itapicuru-Açu, a maioria dos questionados, na área urbana do povoado aponta em primeiro lugar como poluidores do rio, os garimpeiros.

1. Quijlando (Quijilar) - Procurar esmeraldas no cascalho vendido pelos gerentes do corte.

Eles fazem pequenas barragens para acumular os dejetos da garimpagem e depois soltam estes rejeitos no leito do rio durante a noite ou a qualquer hora na estação das chuvas; este fato demonstra que a maioria dos garimpeiros não tem conhecimento das leis ambientais e que podem sofrer duras penas se não obedecê-las, e mesmo assim geralmente agem na ilegalidade.



Foto Sidney.

Figura 4 - REBANHO BOVINO BEBENDO AGUA E ESPALHANDO DEJETOS NA MARGEM DO RIO

Em segundo lugar, os agricultores da zona rural são criticados por desmatarem as matas ciliares, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos nas plantações sem acompanhamento de técnicos especializados. Vale ressaltar que a prefeitura nem sempre dispõe de técnicos especializados e as casas de produtos agrícolas também não trabalham com estes profissionais para fazer o acompanhamento das lavouras. A mesma opinião tem os moradores do distrito de Várzea Grande, que dependem diretamente das águas acumuladas do lago formado pela barragem do município Ponto Novo, represando o Itapicuru-Açu e seus afluentes.

Os moradores da zona rural, acusados pelos da zona urbana se abstêm da culpa em relação ao agrotóxico e pelo desmatamento e vêm com desconfiança o reflorestamento da mata ciliar que vem sendo executado pelo Departamento de Defesa Florestal - DDF . Estes motivos reafirmam a importância de vários setores atuarem na *implantação deste empreendimento, a fim de que se esclareça a sua importância e que a comunidade participe ativamente da sua implantação e sinta-se diretamente beneficiada pelo seu sucesso.*

Sabe-se que a população mundial interessa-se cada vez mais por uma agricultura sustentável. Isso indica que ao mesmo tempo em que é necessário produzir mais alimentos, também é preciso preservar as áreas agrícolas, sendo que hoje já está evidente que com novas tecnologias e com a ajuda da própria natureza, é possível banir grande parte dos agrotóxicos sem prejudicar a lavoura.

Para THLERS (1998, p.4) a agricultura deve ter como objetivo “O desejo de *um padrão produtivo que garanta a segurança alimentar da humanidade e, ao mesmo tempo, conserve os recursos naturais*”. A necessidade de aumentar a produtividade vem acompanhada com a necessidade de qualidade alimentar, novos hábitos e novas tendências.

2 -O ECOTURISMO, E AS PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE PINDOBAÇU.

O ecoturismo, movimento surgido há quase um século, teve sua explosão comercial no final do século XX, a partir do instante em que o ser humano compreendeu que os recursos naturais oferecidos pelo planeta Terra são findáveis e devem ser utilizados de forma racional; usar, mas não esgotar.

Para que o ecoturismo possa efetivamente constituir uma estrutura sólida, acessível e permanente, é preciso que esteja alicerçado de forma a acomodar adequadamente as peculiaridades de cada ecossistema e de cada traço da cultura popular brasileira. As mais variadas paisagens naturais, de beleza e valor ecológico ímpares, aliadas a um ambiente cultural onde se vêem preservados o modo de vida simples, a arte e as crenças de comunidades que vivem em harmonia com a natureza, vão fazer do Brasil um dos principais destinos para o ecoturismo mundial.

De acordo com WESTER (s/d, p. 15), “às raízes do ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre”. O crescente envolvimento da sociedade nas *questões ambientais*, pressionam governos e instituições para o estabelecimento de requisitos cada vez mais rígidos quanto ao impacto ambiental na implantação de empreendimentos, aliado a uma crescente busca do homem por uma relação mais íntima e freqüente com a natureza, recomenda a não restrição do conceito de ecoturismo, de forma a acompanhar a dinâmica deste segmento.

A atividade de ecoturismo passa, atualmente, por uma transição de produto turístico para um conceito de viagem, sendo que os componentes da definição podem vir a ser integralmente absorvidos por outros segmentos ou atividades do turismo, que talvez não sejam considerados ecoturísticos, mas cuja evolução deve ser incentivada.

O ecoturismo surgiu para aliar a necessidade de sobrevivência do homem, com os demais seres vivos e o ambiente que os cercam; sendo compreendido como uma rede de serviços e facilidades oferecidos para a realização do turismo em áreas com recursos turísticos naturais. Por sua luta pela preservação dos recursos naturais, ele ganha adeptos entre os ecologistas menos radicais e, pelo emprego da mão-de-obra local. Ele aproxima-se dos sindicatos, associações, do mundo capitalista em geral e

dos governos que vêm no ecoturismo formas de arrecadar impostos e solucionar problemas sociais ligados à saúde, educação, segurança e êxodo rural através da oferta de empregos para a população local. Por tudo isto, entre outros aspectos, o ecoturismo torna-se uma alternativa em locais que buscam desenvolvimento de forma sustentável.

*Apesar de solucionar muitas dificuldades, os especialistas alertam para os impactos que advém pela implantação do ecoturismo. Estes não podem ser esquecidos e apesar de não serem totalmente evitáveis, podem ser bastante amenizados, entre estes, situam-se o **impacto ambiental** que segundo a resolução nº 001, 23.01.86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a *qualidade dos recursos ambientais, que pode ser funesta nas áreas aonde são implantadas projetos deste tipo; podemos citar também o **impacto cultural** negativo sobre a cultura nativa, já que numa fusão cultural, as culturas mais equiparadas tecnologicamente tendem a se insinuar sobre aquelas mais tradicionais.**

Marina Silva (1998, p.8) afirma “Também é crime imperdoável colocar em risco as populações tradicionais, com sua cultura variada e rica, com seus conhecimentos e valores especialmente quando este crime é cometido em nome de um desenvolvimento baseado na imitação dos valores externos...”.

No que concerne o rio Itapicuru-Açu, chamamos atenção para as populações *ribeirinhas que coexistem com o ambiente de maneira bastante específica, interagindo com o rio nas mais diversas nuances do cotidiano, que podem ser influenciadas por culturas tecnologicamente mais avançadas. Sabemos que estas comunidades estarão sujeitas a estes problemas caso um empreendimento desta envergadura venha ser instalado sem o devido planejamento. Neste caso não podemos levar em conta apenas os lucros e a rentabilidade provenientes do ecoturismo, mas toda uma serie de relações que se estabelecerão na área selecionada, já que certamente novas estruturas se erguerão a partir do amálgama e das culturas em questão. São os **custos e benefícios** que envolvem um estudo preciso sobre sustentabilidade e rentabilidade real neste tipo*

de projeto. Para que o patrimônio cultural não fique sufocada pelo desenvolvimento tecnológico faz-se necessário buscarmos aspectos que enalteçam a cultura local, e que a fim de que o visitante observe e admire, esta cultura através do encantamento turístico.



Foto Sidney

**Figura 5 - AREA MAIS FREQUENTADA DO RIO ITAPICURU-AÇU;
LOCALIZADA NO POVOADO DE ITAPICURU**

A partir dos recursos potenciais (Figura 5), devemos estar prontos para realizar as ações nos campos: político e administrativo apoiado no legislativo e executivo, econômico, científico, e formação de recursos humanos para atuação na nova atividade, que são necessários e devem estar envolvendo políticas públicas, o setor privado e a comunidade, com o objetivo de uso racional e sustentável dos recursos ambientais.

3 - UM PROJETO DE LAZER PARA O RIO ITAPICURU-AÇU

Como se sabe “existem poucos lugares com capacidade para atender o nível de expectativa das pessoas sobre o ecoturismo”¹. Os rios, serras e hortos florestais estão presentes em vários locais do mundo. Porém nem sempre oferecem por si só, condições de abrigar grupos excursionistas por longos ou por pequenos períodos. Por outro lado, geralmente quando se implanta um pólo turístico em um destes lugares que possua infra-estrutura urbana, a poluição causada pela quantidade de detritos deixados pelos visitantes acaba colocando em risco a vida natural e ameaçando as populações autóctones. Semelhante a estes lugares, o rio Itapicuru-Açu é um dos locais, onde a natureza está bastante presente, mas não oferece condições de permanência do turista. A oferta de destinos ecoturísticos depende, no entanto, junto com existência de áreas de elevado valor ecológico e cultural, da maneira como estas áreas são geridas, da existência de infra-estruturas adequadas e da disponibilidade de recursos humanos capacitados para bem administrá-las.

Também neste caso torna-se necessário ficar alerta a situação ecológica das áreas mais visitadas, para que não sejam poluídas pelo lixo turístico e mantenham os atrativos que possuem. Todavia é necessário criar mecanismos para solucionar estas questões que controlem o fluxo e aumentem a permanência dos visitantes. Estes empreendimentos devem buscar condições de auto sustentabilidade, que não só possa criar uma gama de empregos para a comunidade assim como auxiliar na tomada de consciência ecológica por parte dos visitantes e moradores, criando as Áreas de Preservação Ambiental – APA, ampliando as condições de saúde, segurança e melhoria nos meios de transporte e comunicações, que é o incentivo para uma política preventiva.

Por questões de organização deve-se controlar o fluxo nos finais de semana prolongados ou não, porque quando a temperatura aumenta na região, vários grupos de pessoas deslocam-se para as margens do rio Itapicuru-Açu de forma desordenada ocasionando graves perigos ecológicos para a região. Estas pessoas fogem das cidades,

¹ POLÍTICAS para o sucesso de ONG's ambientalistas, The Nature Conservancy; Unibanco Ecologia/ SPUS. Curitiba: 1997, p 98.

que acabam se tornando centros de poluição, de lixo, de violência e *stress*. Tudo isto, acaba levando o cidadão para os lugares onde o sossego e o descanso ainda são fáceis de serem conseguidos.

No distrito de Várzea Grande, nas localidades conhecidas como Marcelo e Itapicuru, o acesso ao rio é franqueado a todos e para lá se dirigem milhares de pessoas no verão (banhistas, pescadores e outros usuários do rio) que vêm com o intuito de passarem vários dias, mas acabam desistindo por conta da ausência de conforto que lhes permitam o alojamento, segurança, transporte, saúde e diversão noturna, voltando às suas residências logo no primeiro dia de visita.

O problema é que mesmo permanecendo por uma curta temporada, os visitantes são grandes poluidores do rio e de seus logradouros marginais e não costumam ressarcir os recursos que usam desfalcando a comunidade local e o município. O volume dos resíduos sólidos acumulados pelos ribeirinhos em suas *atividades doméstica, comercial e de lazer torna-se um problema grave, pois a Prefeitura Municipal não realiza uma coleta regular do lixo nestas localidades, junte-se aí o acúmulo do lixo deixado pelos visitantes do fim de semana, (Figura 6).*



Foto Sidney

Figura 6 - EMBALAGENS DE REFRIGERANTES, BOLACHAS, DENTRE OUTROS POLUEM A MARGEM DO RIO APÓS UM FINAL DE SEMANA

Vale lembrar que a cidade de Pindobaçu já possui um local, construído com recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF do Governo Federal, onde deveria ser implantada uma usina de reciclagem do lixo, mas devido à falta de empenho dos administradores municipais não está sendo utilizada para o fim que foi construído.

O problema do lixo é grave em Pindobaçu assim como em todas as pequenas cidades; como: Antônio Gonçalves, Andorinha, Filadélfia, Itiúba, Ponto Novo, pertencentes a 28ª Região Administrativa da Bahia que tem como sede regional a cidade de Senhor do Bonfim, cuja solução depende apenas de consenso regional e municipal para a realização de uma coleta constante seletiva porta a porta seguida do reaproveitamento e da reciclagem destes materiais. Atualmente em várias cidades, o lixo transformou-se em fonte de emprego e renda.

No que se refere ao lixo deixado pelo fluxo de visitantes, a prefeitura municipal de Pindobaçu poderá contribuir com esta questão. De acordo com a afirmação de Ferreira; Jacobi (1998, p.7), "Diversas experiências têm demonstrado que é possível implementar políticas de gestão municipal em uma perspectiva de sustentabilidade, rompendo com práticas setorializadas e incorporando a preocupação com a degradação dos recursos naturais básicos"

Inicialmente deveria ser implantando uma **pequena rede de postos de informações** para atender aos banhistas, e também para os visitantes, indicando as melhores áreas para o banho, Dever-se-ia dar Preferência aos locais onde o número de pessoas estivesse menor para não haver degradação com o excesso de pessoas no mesmo lugar, onde a segurança estivesse mais presente, porque haveria a atuação junto ao visitante dando informações, o que evidenciaria a responsabilidade com as pessoas.

Neste momento pode surgir a necessidade de implantar uma série de serviços indispensáveis, como ver-se-á a seguir: estes postos devem ser implantados nas comunidades que recebem o maior movimento de banhistas porque possuem um maior potencial. Em princípio seriam implantados postos em Itapicuru e Várzea Grande sendo que o posto principal ficaria na sede do município de Pindobaçu, como podemos observar abaixo na figura 6. Nestes postos serão fornecidas instruções sobre:

preservação e legislação ambiental, recolhimento e reciclagem de lixo, perigos com queimadas, sem esquecer de desenvolver práticas de manejo no aumento da população de plantas, adubação verde, plantio sobre uma área de reserva, locais propícios e adequados a visitação e divulgação de reservas particulares.

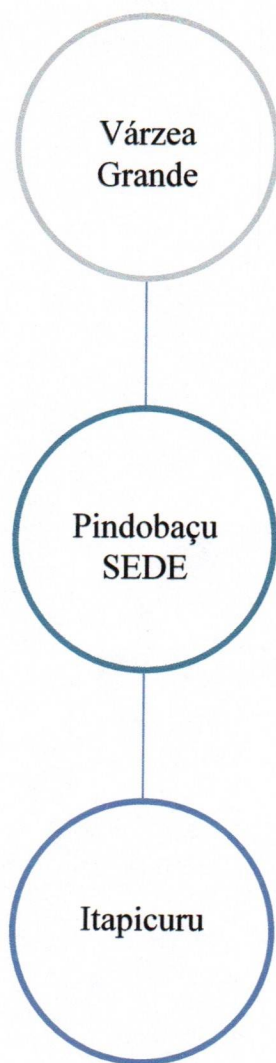


Figura 7: LOCAIS DE DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE SERVIÇO

As orientações da publicação POLÍTICAS para o sucesso de ONG's ambientalistas (1997, p. 98) afirma que: "se os Parques e as comunidades ainda não estão prontos para os benefícios do ecoturismo, então os viajantes podem contribuir para a conservação adotando, princípios ambientalistas sadios, ao visitar os parques".

Neste ponto a Prefeitura Municipal poderá contar com uma Organização Não Governamental - ONG intitulado Grupo Ambientalista de Pindobaçu - GAP e

Associações com grupos de voluntários locais, que servirão de guias, (figura 8). No roteiro a ser percorrido inclui-se as pequenas fábricas de produtos regionais como: farinha, requeijão, doces, rapadura algumas delas financiadas pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) outras de fundo de quintal mais tradicionais que deverão servir de atrativo para os visitantes (após passar por uma verificação da fiscalização sanitária), e que teria inicialmente como encerramento da visita o banho nas águas do Itapicuru-Açu.



Foto Sidney

Figura 8 - VOLUNTÁRIOS REALIZANDO O PROJETO DE UM DIA DE LIMPEZA NO RIO ITAPICURU-AÇU, COM A RETIRADA DO LIXO DE SUAS MARGENS.

A crescente motorização das cidades, que era um indicador de prosperidade, hoje já é apontada como um das maiores responsáveis pela poluição urbana. O mundo desenvolvido reconhece cada vez mais a necessidade de restringir a utilização dos automóveis. Por isso outro fator de contribuição para o ordenamento do fluxo seria a

proibição do estacionamento de carros de passeio e veículos de grande porte (ônibus e caminhões) nas estradas vicinais e nas trilhas que conduzem ao rio (figura 9) abaixo.

Para adotar esta medida, a Prefeitura Municipal de Pindobaçu construiria no povoado de Itapicuru, distrito de Várzea Grande, dois estacionamentos tipo Zona Azul, para veículos de pequeno e grande porte, bem arborizado com árvores regionais e a preocupação com a paisagem local para que não parecesse fora do contexto e manteria através de convênio com associação local.



Foto Sidney

Figura 9 - VEICULO DE GRANDE PORTE ESTACIONADO NA MARGEM DO ITAPICURU-AÇU.

Um veículo adaptado para o turismo, ou um coletivo comum faria este transporte do estacionamento até as localidades autorizadas para banho. Esta decisão por si só, já criaria novas vagas de empregos, evitaria o alargamento das estradas pelos vários ônibus e caminhões que geralmente aparecem e espalham-se pela região, executando as suas manobras e estacionando nas margens da estrada ainda cobertas pela vegetação. Esta medida reduziria o atropelamento de pequenos animais silvestres que existem na região e que também passarão a viver nas áreas de mata que estarão

abertas a visitação, além da diminuição de possíveis derramamentos de combustíveis, óleos lubrificantes ou poluentes diversos em áreas próximas ao rio.

Uma linha de transporte de passageiros ligaria Pindobaçu, Itapicuru e Marcelo e outra seguiria para o distrito de Várzea Grande de uma em uma hora. É importante salientar que este transporte funcionaria sempre nos finais de semana e feriados prolongados, no verão e no inverno num período a ser discutido pela população, Prefeitura Municipal e empresa prestadora do serviço, o que aumentaria a quantidade de empregos diretos e indiretos temporários, além de facilitar a permanência dos visitantes.

Neste momento, é importante citar também, que a região cortada pela estrada que dá acesso a Várzea Grande é produtora de vários tipos de alimentos como: umbu, feijão, tomate, melancia, entre outros; assim como derivados do leite, da mandioca e do milho, sem esquecer dos mais variados doces feitos com frutas regionais, que se organizados corretamente com pequenos expositores e mini fábricas ao longo da estrada, poderão se tornar um belo atrativo para os turistas, que comprarão os produtos e conhecerão a sua produção.

3.1- Infra-estrutura urbana para o aumento da permanência dos visitantes

Um dos problemas que leva ao retorno dos visitantes mais cedo para casa é a falta de uma infra-estrutura urbana adequada. O turista sonha em viver alguns momentos junto a natureza de forma mais integrada ao meio ambiente, porém, não consegue ficar longe do conforto da civilização por muito tempo. Este visitante quer se libertar da prisão da cidade grande, mas também quer saber, que bem próximo de onde ele está, poderá contar com os serviços necessários para sua estadia. Para solucionar esta questão, a Prefeitura de Pindobaçu fará implantação dos terminais turísticos, que devem tornar-se centros de apoio aos turistas e de convivência para a comunidade. Estes locais deverão estar equipados com:

- Posto de informações, que fará o contato e integração de todos os interessados com os diversos setores, como foi explicado anteriormente;

Dear Sir,

I am writing to you regarding the matter of the...

I am sure that you will find this information...

I am sure that you will find this information...

I am sure that you will find this information...

I am sure that you will find this information...

I am sure that you will find this information...

I am sure that you will find this information...

I am sure that you will find this information...

- Módulo policial, com policiais permanentes de plantão e com o efetivo aumentado nos finais de semana, o que trará mais segurança para a comunidade;
- Posto de saúde, com enfermeira(o) permanente todos os dias, capacitada para pequenos curativos, e que servirá para atendimento médico para os moradores além de um contato com o hospital da sede;
- Agência dos Correios, para facilitar a comunicação dos visitantes e da população com os serviços oferecidos;
- Lanchonete e restaurante, para alimentação, tanto rápida quanto a mais demorada;
- Mini-mercado e farmácia, pois são serviços essenciais para a comunidade e para visitantes que por ventura necessitem dos produtos ali comercializados;
- Loja de artesanato de produtos locais, neste tipo de comércio está a chance dos artesãos do município e região mostrarem os produtos confeccionados por eles, assim como os produtos comestíveis caseiros e fabricados pelas pequenas agroindústrias e cooperativas;
- Campos de futebol, pois é o esporte nacional e para integrar a juventude;
- Parque infantil, para o lazer das crianças.
- Sanitários e telefones públicos;

Estes terminais devem estar afastados do rio e anexos aos estacionamentos; devem se beneficiar do Itapicuru-Açu sem danificá-lo; gerando uma gama de empregos e de renda, porém atento para a importância do tratamento dado aos consumidores pelos pequenos empresários e funcionários, que devem estar sempre *fazendo cursos de relações humanas e sintonizados com o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e Secretaria Municipal de Turismo.*

3.2- Criação de Áreas de Proteção Ambiental -APAs

Em Pindobaçu existem grupos organizados que se preocupam com as questões ambientais. E em destaque está o Grupo Ambientalista de Pindobaçu - GAP que luta pela criação de uma APA na conhecida Serra do Jacaré, uma região muito bonita e que abriga muitos riachos que formam pequenos rios afluentes do Itapicuru-Açu. Esta APA assim como as reservas particulares, devem possuir trilhas e locais para escaladas e outros esportes radicais como:

- **Trekking:** caminhada de travessia, muitas vezes usando mais de um dia; precisa do turista um excelente condicionamento físico; por isto as trilhas devem ser separadas por níveis de dificuldade, procurando compatibilizá-las ao preparo físico do praticante: iniciante, médio e veterano; as caminhadas leves quase não oferecem risco de acidentes;
- **Vôo livre (Asa Delta):** vôo a partir de uma rampa num lugar alto; oferece risco por imprudência e má checagem de equipamentos; e devido aos riscos este e outros esportes aéreos devem ser implantados por profissionais que conheçam os esportes;
- **Balonismo:** vôo “dirigido pelo vento”; controla-se apenas a altura do vôo; excelente para levar o turista a conhecer a região do alto, é também um esporte que pode ser implantado apenas para competições em campeonatos a nível estadual ou nacional de acordo com os contatos feitos pela Secretaria Municipal de Turismo;
- **Parapente (*paragliding*):** forma de lazer inventada para descer com facilidade as montanhas escaladas, utilizando um “para-quedas dirigível”;
- **Mountain Bike:** ciclismo de montanha, caracterizado pela exploração de trilhas por bicicletas especiais para o esporte; necessita de bom condicionamento físico e habilidades de pilotagem;
- **Escalada em rocha:** “conquista” da montanha com equipamentos específicos; precisa de condicionamento físico e conhecimento técnico;
- **Montanhismo:** esporte específico para regiões montanhosas com caminhadas, ascensão e acampamentos; desde que tenha um bom condicionamento físico;

- **Canyoning:** exploração de *canions* e cachoeiras, utilizando as técnicas de *rapel*; necessita de conhecimento técnico; risco de lesões.
- **Espeleologia:** exploração de cavernas e grutas; necessita condicionamento físico e conhecimento técnico ou de um orientador para pequeno grupo de pessoas; oferece risco de pânico, quedas e lesões para os leigos;
- **Montaria:** exploração de campos e montanhas com o uso de cavalos, ou um outro animal de montaria que seja dócil e preparado para o esporte. Apresenta risco de queda e lesões quando o turista não está preparado.

Pequenas reservas públicas e particulares devem ser criadas semelhantes a pequenos bosques com a infra-estrutura necessária, para os turistas que não possuem estrutura física para chegar às trilhas feitas nas Serras, mas que desejam fazerem caminhadas e andar de bicicleta, tomar banho em riachos e cachoeiras e para que eles também possam também desfrutar destes encantos.

3.3- Geração de empregos.

A atividade turística não é responsável pela geração de empregos. A geração se dá na organização dos serviços os quais prestamos ao turista, como alimentação, hospedagem, transporte, guias e nos produtos e serviços complementares como confecção e venda de artesanato, *souvenirs* e artigos industrializados.

Com a organização destes serviços uma oferta de novos empregos surgirá em volta dos terminais turísticos, como artesãos, motoristas, garçons, cargos administrativos, empreendimentos agrícolas e turísticos, hospedagem, micro-indústrias para suprir as necessidades dos turistas. O crescimento do fluxo de turistas depende mais da receptividade que de comunicação turística. Cada turista bem atendido indica a região para amigos e estes, por sua vez, a indicam para outros, criando-se assim um mecanismo de venda eficiente. Não havendo satisfação, o turista deixa de indicar e a empresa turística precisará de esforços de venda mais caros que a melhoria da *qualidade de atendimento*. Para conseguir clientes sem indicação são necessários folhetos, anúncios em meios de comunicação e participação em feiras de turismo além de outras.

Os moradores devem receber instruções para receberem bem os visitantes e também para formarem cooperativas de produtores de doces, laticínios, fruticulturas, e outras de cultivos temporários; pois assim poderão negociar preços e melhorar a produção competindo assim com produtos de qualidade em relação aos de outras regiões, que já produzem há mais tempo e estarão mais preparadas para o mercado. O turista na região vai perceber além da qualidade de serviços; os atrativos a receptividade e nossa cultura. O desenvolvimento deve valorizar a manutenção destes itens, tornando perene os ganhos deste segmento.

Devemos trabalhar as informações fornecidas ao turista, ampliando seus argumentos os quais serão utilizados na futura indicação. Neste caso, utilizam-se descritivos da natureza, da cultura e do produto turístico, além de treinar guias, recepcionistas e vendedores.

Todo este processo em relação à criação destas reservas deverá vir antecipado por um estudo, através de sistema geográfico e estatístico de informações. A partir daí implantar um plano de ordenamento territorial para os núcleos de povoamento na região, discutindo a forma de crescimento destes núcleos e os seus futuros problemas com a industrialização, além do zoneamento das áreas preservadas.



4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos então que apesar das afirmações contraditórias o garimpo de serra de Carnaíba é um foco de poluição do rio, pois despejam em suas águas dejetos químicos e lixo doméstico. Sabe-se que os garimpeiros da região não possuem nenhuma preocupação com o meio ambiente, preocupando-se apenas com a máxima exploração da esmeralda, usando para isto os mais variados métodos de extração de minério que acabam agredindo seriamente a natureza. Sabemos, que os trabalhadores de garimpo são, em sua maioria, migrantes de outras regiões e que visam apenas o enriquecimento rápido em Carnaíba, e este motivo estimula o descaso com a região onde trabalham. A preocupação que demonstram em desmentir os fatos, escusando-se da culpa em agredirem o ambiente, deriva no receio que possuem em serem prejudicados em seus interesses por alguma instituição ou órgão governamental interessado em preservar a natureza na área do garimpo.

Por outro lado os sistemas sanitários das aglomerações junto ao rio são precários. Este é um problema que afeta até mesmo a sede de pequenos municípios como Pindobaçu e Saúde. Geralmente os esgotos das comunidades ribeirinhas são expelidos a céu aberto e jogados no rio, sem tratamento algum. Os resultados desta prática são desastrosos:

- Desaparecimento de espécimes da fauna e da flora;
- Poluição das águas;
- Disseminação de doenças e parasitoses intestinais entre as comunidades que usam destas águas para seu consumo.

Estas constatações levam a outra igualmente preocupante: os órgãos governamentais são detentores de uma grande dívida social junto a estas populações. Além da precariedade dos serviços públicos – em alguns logradouros eles inexistem – as instituições públicas não demonstram interesse significativo em conservar os recursos naturais da região; alia-se a isto o fato de não existir medidas preventivas e punitivas, geridas pelo governo local – às vezes conivente com receio de perder espaço

no segundo colégio eleitoral do município – que visem evitar desastres ecológicos e punir os responsáveis por eles.

Como vemos, ao que parece, esta solução está muito longe de ser dirimida, levando-se em conta as circunstâncias atuais de gerenciamento e organização dos recursos. Por esse motivo, que o momento requer uma junção de forças estruturais e sociais no combate a esses problemas, sendo que este estudo constitui uma iniciativa neste princípio.

Por outro lado não se deve culpar apenas os órgãos públicos pelas questões de degradação do rio Itapicuru-Açu. Existe um descaso das autoridades para com este problema, mas esta não é a única causa deste mal. A população também tem a sua parcela de culpa e não é pequena; os ribeirinhos não são apenas vítimas, mas também sujeitos da degradação ambiental. Eles são em última instância que poluem o rio com seus dejetos e sua exploração extrativista desorganizada. No entanto, seríamos estúpidos se afirmássemos que eles insistem nestas práticas por maldade: o fato é que essas comunidades desconhecem a necessidade e a importância da preservação dos recursos naturais e por ignorância não praticam e por vezes se opõem a medidas de preservação ecológica.

Notamos que existe uma complexidade de fatores que mantém os ribeirinhos nas práticas de degradação ambiental; geralmente as precárias condições de vida, a falta de recursos e conhecimentos técnicos, a inexistência de uma consciência ecológica e a falta de leis que regenciem a exploração de recursos são os elementos que contribuem para a continuação do problema. Diante disso, a melhor solução que apresentamos é a união das forças sociais em trabalhos que dirimam estes complicadores e criem condições sociais dignas, evitando assim que o homem, habitante das margens do Itapicuru-Açu volte a recorrer às práticas deploráveis que condenamos.

Sugerimos, que as empresas privadas que abraçarem esta pesquisa devem ter os seguintes compromissos com a comunidade, o ecossistema e o visitante para que funcione: contratar mão-de-obra local e ou motivar a sua contratação; promover a educação ambiental e oferecer viagens para aprendizado; trabalhar com grupos

pequenos de turista; cobrar entrada aos atrativos naturais, quando existir a possibilidade ou alugar os equipamentos necessários oferecendo recursos para manutenção das áreas preservadas; não permitir que seus clientes joguem lixo fora do lugar adequado; orientar seus clientes para não coletarem plantas, flores, galhos, conchas, fósseis, pedras, animais e outros elementos da natureza como *souvenir*; proibir que seus clientes matem ou comprem animais silvestres; utilizar somente trilhas abertas para os percursos; não oferecer aos turistas carnes de animais silvestres e em extinção, dentre outros.

A Prefeitura Municipal de Pindobaçu deve estar compromissada com o bem estar e a segurança da população local e para isto devem estar aptos a promoverem: questionários que serão aplicados com o objetivo de realizar um levantamento sócio-econômico-ambiental dos produtores rurais da região com o intuito de conhecer o perfil destes além dos moradores. As palestras serão elaboradas, a partir dos dados retirados dos questionários com o intuito de esclarecer as dúvidas e para fomentar aspectos interessantes, sendo que estas serão ministradas por profissionais com as mais diversas formações. Temas como o tratamento de efluentes e resíduos agropecuários e do garimpo, junto com a viabilidade econômica da produção sustentável, legislação ambiental, entre outros, deverão ser abordados. Atividade semelhante também será desenvolvida nas escolas, com o envolvimento das Secretarias de Educação, Saúde e Turismo além da elaboração de panfletos educativos.

O necessário de forma imediata é produzir inicialmente nos jovens estudantes a semente para mudar a consciência de cada um, até atingirmos os adultos, assim como a formação educacional começa junto ao individuo quando este é ainda criança a formação ecológica deve iniciar no mesmo período para que possamos colher os frutos quando cada aluno começar a levar suas idéias para casa e depois que o mesmo se torne adulto, possa fazer a sua parte em relação ao meio ambiente. Assim sendo os objetivos planejados, a ação realizada, os resultados analisados e reestruturados para a pesquisa idealizada a fim de que sejam alcançados e todos tirem proveito, com o turismo e o desenvolvimento sustentável para a comunidade pindobaçuense.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Tereza L. M. de; L. NETA; Zulmira F. de. *Reflexões sobre a prática do Desenvolvimento Sustentável*. Bahia: Análise e Dados, Salvador: SEI, v.6,n.2, 1996, p.37.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentando temas transversais, ética*. Brasília: MEC/SEF, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- LEITE, Ana Maria Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Nana (Coord.) *Educação ambiental: curso básico a distância: Documentos e legislação da educação ambiental*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- FERREIRA, Leila da Costa; JACOBI, Pedro. *As cidades e a sustentabilidade*. In *Agenda 21 e Desenvolvimento Sustentável*, Rio de Janeiro, 1998, p. 7.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, V. XX, 1958.
- GUIMARÃES, Roberto P. *O desafio político da sustentabilidade* In *Agenda 21 e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro 1998, p 3.
- LAGO, Antônio. *O que é ecologia*. São Paulo: Abril Cultural / Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).
- LEITE, Ana Lúcia Tostes de A. *Educação Ambiental: curso básico à distância*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. (Documentos e legislação da educação ambiental)
- PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. *Sociologia do Turismo*. Campinas: Papirus, 1995.
- PLANO de desenvolvimento de Pindobaçu. Bahia: Sebrae, 1994.
- POLÍTICAS para o sucesso de ONG's ambientalistas, The Nature Conservancy, Unibanco Ecologia/ SPUS. Curitiba: 1997, p. 98.
- RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.
- SANTOS, Raimundo Isidoro dos. *Pelas sendas da vida*. São Paulo: Associação Religiosa de Imprensa e Fé, s.l., s.e., s.d..

SESENT, Juan. *A poluição*. Rio de Janeiro: Salvat do Brasil, 1979.

SILVA, Marina. *O sonho sustentável*. In *Agenda 21 e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: 1998, p. 8.

THLERS, Eduardo. *Diversificação: um caminho para a sustentabilidade agrícola*. In *Agenda 21 e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: 1998, p. 4.

VIETTAS, Claudia F.. *Oceanos e zona costeira*. In *Agenda 21 e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: 1998, p. 16.

WESTER, David. *Definindo Ecoturismo: Ecoturismo um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Ed. Senac, s.d.